

FATORES SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS NA PROBABILIDADE DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA: evidências a partir da regressão logística binária

VANESSA RABELO DUTRA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (UNIPAMPA)

LUCIANE FLORES JACOBI

FATORES SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS NA PROBABILIDADE DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA: evidências a partir da regressão logística binária

1 Introdução

A alfabetização financeira vem sendo reconhecida mundialmente como um importante elemento de estabilidade e desenvolvimento econômico e financeiro (Potrich; Vieira; Kirch, 2016). Muitas instituições e autores propuseram definições para alfabetização financeira, mas seus significados essenciais são semelhantes (Kadoya; Khan, 2020). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2013) resume as definições anteriores como a capacidade e a consciência para utilizar conhecimentos e habilidades na gestão de recursos financeiros com o objetivo de alcançar o bem-estar financeiro máximo.

Apesar da crescente valorização do tema, vários estudos ao redor do mundo apontam que grande parte da população mundial ainda sofre de analfabetismo financeiro e que medidas para sanar tal problema são urgentes (Atkinson; Messy, 2011; Lusardi; Mitchell, 2014; Potrich; Vieira; Kirch, 2015b). Para superar essas deficiências, governos de muitos países têm estabelecido, estratégias de educação financeira para atender às necessidades de alfabetização financeira de seus cidadãos. O reconhecimento da educação financeira como uma habilidade fundamental para a vida no século XXI, somado ao seu papel complementar às políticas de inclusão financeira e proteção ao consumidor, bem como à sua contribuição para a estabilidade financeira, tem mobilizado instituições públicas e não-públicas a desenvolver e coordenar iniciativas voltadas à sua promoção (OECD, 2015).

Diante do crescente acesso da população a uma ampla gama de produtos e serviços financeiros, que exigem conhecimento técnico e responsabilidade nas escolhas, observa-se que muitos indivíduos ainda enfrentam dificuldades em planejar seus gastos no longo prazo, postergam a preparação financeira para a aposentadoria, desconhecem os riscos envolvidos nas operações financeiras e os instrumentos disponíveis para sua proteção (Lusardi; Mitchell, 2014; OCDE, 2015). Esses desafios se estendem também às decisões relacionadas à contratação de empréstimos, à realização de investimentos e à proteção contra fraudes, o que reforça a necessidade de fortalecer a alfabetização financeira da população.

Diversas pesquisas apontam que o nível de alfabetização financeira está longe do ideal, inclusive em países desenvolvidos, e que existem disparidades significativas entre diferentes grupos populacionais. Essas disparidades podem ser explicadas, em parte, por características demográficas e socioeconômicas que podem influenciar o grau de conhecimento e comportamento financeiro dos indivíduos (Kadoya; Khan, 2020; Potrich; Vieira; Kirch, 2015b).

Essas evidências empíricas revelam que a alfabetização financeira não se manifesta de forma homogênea na sociedade, sendo frequentemente determinada por fatores estruturais e contextuais. Em especial, mulheres, pessoas de baixa renda ou com menor escolaridade tendem a apresentar menores níveis de alfabetização financeira, o que amplia as vulnerabilidades frente às exigências do sistema financeiro contemporâneo (Lusardi; Mitchell, 2014). No Brasil, o contexto de desigualdades sociais e econômicas reforça ainda mais a necessidade de investigar como essas características impactam a alfabetização financeira da população. Nesse cenário, é importante responder à questão: qual é a probabilidade de um indivíduo ser alfabetizado financeiramente com base em suas características demográficas e socioeconômicas? Com base nessa questão, este estudo tem como objetivo analisar a probabilidade de um indivíduo ser alfabetizado financeiramente, em função das características demográficas e socioeconômicas.

A alfabetização financeira tem ganhado destaque mundial como uma habilidade essencial para a prosperidade individual e o desenvolvimento econômico e social, sobretudo em um cenário de crescente complexidade dos produtos e serviços financeiros. A Agenda 2030 da ONU, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e 10, enfatiza a importância de reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles, promovendo a inclusão

social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, condição econômica, entre outras (ONU, 2015). A alfabetização financeira se alinha a essa meta ao possibilitar o uso consciente e responsável dos recursos, permitindo que os indivíduos planejem o futuro, protejam-se contra riscos e tomem decisões que impactam diretamente seu bem-estar financeiro.

A literatura aponta que a alfabetização financeira ainda é insuficiente em grande parte da população mundial, sendo influenciada por desigualdades estruturais (Kadoya; Khan, 2020; Lusardi; Mitchell, 2014). Diante disso, a investigação sobre as características demográficas e socioeconômicas da alfabetização financeira adquire relevância prática e científica. Ao oferecer acesso ao conhecimento financeiro para diferentes camadas sociais, essa iniciativa pode representar um caminho para mitigar os efeitos das desigualdades e ampliar as oportunidades, especialmente para aquelas em vulnerabilidade (Lopes; Andrade, 2020; Niehues *et al.*, 2023b).

Para tanto, a utilização de modelos estatísticos adequados é fundamental. A regressão logística, embora ainda pouco explorada em algumas áreas das ciências humanas, apresenta-se como uma técnica robusta para a análise de fenômenos qualitativos, como é o caso da alfabetização financeira. Além de seu rigor metodológico, a definição operacional da alfabetização financeira adotada neste estudo contribui para a mensurabilidade do fenômeno, permitindo relacioná-lo de forma objetiva ao ambiente demográfico e socioeconômico do país. O estudo busca não apenas contribuir para o avanço da literatura, mas também oferecer subsídios para políticas públicas que visem promover uma sociedade mais equitativa e financeiramente consciente, promovendo o aprimoramento de estratégias que considerem as especificidades sociais da população.

2 Referencial Teórico e desenvolvimento das hipóteses

A alfabetização financeira é amplamente reconhecida como um fator determinante para a tomada de decisões econômicas conscientes e sustentáveis. Ela envolve não apenas o conhecimento de conceitos básicos, como orçamento, juros e crédito, mas também a capacidade de os aplicar em contextos práticos do cotidiano (Lusardi; Mitchell, 2014). Aliado a um contexto em que diferentes governos implementaram reformas previdenciárias e transferiram gradualmente a responsabilidade pela gestão da poupança para a aposentadoria aos próprios indivíduos, a necessidade de alfabetizar financeiramente a população mostrou-se fundamental.

Diante do crescente reconhecimento da complexidade do ambiente financeiro, governos passaram a considerar a educação financeira como uma resposta institucional, sobretudo, pela urgência de preparar os cidadãos para lidar com escolhas mais autônomas e responsáveis em relação ao planejamento de sua segurança financeira (Pontes, 2023). Nas últimas décadas, observa-se um aumento no número de países que implementam estratégias voltadas à promoção da alfabetização financeira. Em 2015, por exemplo, 59 países relataram estar desenvolvendo, implementando ou revisando uma estratégia nacional — número que representou um aumento superior a 200% em relação a 2011, quando apenas 26 países reportaram esse tipo de iniciativa (OECD, 2023). Ainda que tais esforços demonstrem um compromisso internacional com a capacitação financeira da população, persiste, no campo acadêmico, o debate sobre a efetividade dessas intervenções, especialmente no que se refere à sua capacidade de alcançar e impactar grupos socialmente mais vulneráveis.

Entre os segmentos comumente identificados como em situação de maior fragilidade destacam-se os indivíduos com menor escolaridade, os idosos, as mulheres e aqueles em condições socioeconômicas desfavoráveis. Esses grupos têm sido alvo de estudos que evidenciam desigualdades no acesso à informação financeira e na capacidade de aplicar esse conhecimento no cotidiano. No caso das mulheres é relevante considerar o peso de fatores socioculturais que historicamente associam as finanças a um domínio masculino (Bottazzi; Lusardi, 2021; Gudjonsson *et al.*, 2022a). Essa representação social pode limitar o engajamento

feminino com temas financeiros desde a infância, perpetuando disparidades de conhecimento e participação nas decisões econômicas ao longo da vida. No Brasil, Potrich, Vieira e Kirch (2015) identificaram que os homens possuem maior propensão a compor o grupo com maior nível de alfabetização financeira. Com base nessas evidências, surge a hipótese 1: *As mulheres apresentam menor probabilidade de serem alfabetizadas financeiramente do que os homens.*

Tanto governos de países desenvolvidos quanto de países emergentes têm demonstrado crescente preocupação com os níveis de alfabetização financeira de suas populações, reconhecendo seus impactos diretos sobre o bem-estar financeiro individual e a estabilidade econômica dos países. No Brasil, alterações significativas nos aspectos demográficos, econômicos e sociais têm intensificado esse debate. O aumento expressivo da expectativa de vida, que passou de 51 anos em 1950 para 76,4 anos em 2023, aliado à diminuição da taxa de fecundidade e ao crescimento proporcional da população com 40 anos ou mais, evidencia o envelhecimento da população brasileira (OECD, 2013). Esse cenário impõe ao país o desafio de garantir que os cidadãos estejam preparados para tomar decisões financeiras complexas, especialmente em um contexto de maior longevidade e mudanças no mercado de trabalho.

Os modelos intertemporais de alfabetização financeira propostos por Lusardi, Pierre-Carl e Mitchell (2017) reforçam a importância da idade como fator determinante na aquisição de conhecimentos financeiros ao longo da vida. Segundo esses autores, a alfabetização financeira tende a seguir um padrão em forma de “curva em sino”, em que os níveis aumentam com a experiência, mas podem decair em idades mais avançadas devido à redução das capacidades cognitivas (Agarwal *et al.*, 2009; Niu; Zhou; Gan, 2020).

No contexto brasileiro, marcado por crescentes demandas previdenciárias e mudanças no perfil etário da população, compreender essa dinâmica é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e programas de educação financeira que levem em conta as especificidades etárias da população. Assim, foi proposta hipótese 2: *Pessoas jovens e mais velhas apresentam menor probabilidade de serem alfabetizados financeiramente.*

A complexidade crescente dos mercados financeiros exige que indivíduos sejam capazes de tomar decisões informadas sobre consumo, investimentos e planejamento de longo prazo. A alocação de ativos da família, tarefa que demanda planejamento contínuo e conhecimento especializado, depende fortemente da educação financeira dos seus membros.

Estudos recentes indicam que a educação financeira familiar influencia a percepção de renda e risco, as decisões de investimento e a gestão de seguro, além de reduzir custos de informação e promover decisões de consumo mais racionais (Wang; Yin; Jiang, 2023). Em contrapartida, uma alfabetização financeira inadequada pode gerar comportamentos excessivamente arriscados e prejudicar o acúmulo de riqueza familiar (Xie; Ke; Peng, 2024).

A teoria da socialização financeira familiar oferece um importante suporte para essa interpretação, ao sugerir que o aprendizado financeiro acontece não apenas através da instrução formal, mas também pela observação e interação no ambiente doméstico (Gudjonsson *et al.*, 2022b). Sob essa perspectiva, os comportamentos financeiros são assimilados pela convivência e imitação dos membros mais experientes da família. A literatura internacional aponta que o estado civil pode afetar a participação das mulheres nas decisões financeiras familiares. Em sociedades onde ainda predominam normas tradicionais de gênero, mulheres casadas podem ter suas experiências financeiras moldadas pela divisão desigual de responsabilidades, o que pode tanto limitar quanto impulsionar sua alfabetização financeira, a depender da dinâmica familiar (Aguiar-Díaz; Zagalaz- Jiménez, 2022).

No Brasil, Potrich, Vieira e Kirch (2015) identificaram que o estado civil é um fator associado ao nível de alfabetização financeira, ressaltando que aspectos da vida pessoal impactam diretamente a aquisição e aplicação de conhecimentos financeiros. Em estudo

posterior, Potrich, Vieira e Kirch (2018) verificaram que mulheres solteiras apresentavam, em média, níveis mais baixos de alfabetização financeira em comparação às mulheres casadas, evidenciando que o casamento pode favorecer o acesso e a prática de habilidades financeiras. Tal diferença sugere que, em contextos brasileiros, a convivência conjugal pode ser um fator mediador da socialização financeira. Assim, formula-se a hipótese 3: *Pessoas casadas ou em união estável apresentam maior probabilidade de serem alfabetizadas financeiramente.*

Esse argumento pode se expandir para a compreensão das dinâmicas para família que possuem dependentes. Visando o bem-estar familiar, indivíduos com dependentes teriam maior preocupação com o orçamento e, dessa forma, maior nível de alfabetização financeira. Os resultados empíricos, no entanto, não corroboram essa expectativa.

Mottola (2013) identificou que famílias americanas com dependentes tendem a apresentar níveis mais baixos de alfabetização financeira. Essa constatação está alinhada com a ideia de que a presença de dependentes pode aumentar as demandas financeiras e reduzir o tempo disponível para adquirir e aplicar conhecimentos financeiros. Ao investigar famílias brasileiras, Potrich, Vieira e Kirch (2015) identificaram que os indivíduos com dependentes apresentaram uma probabilidade 7,51% inferior de pertencer ao grupo com alto nível de alfabetização financeira do que indivíduos sem dependentes.

Ao mesmo tempo que indivíduos com filhos ou dependentes podem ter mais preocupações com o orçamento, eles podem ser forçados a tomar decisões financeiras mais complexas. Assim, a sobrecarga pode dificultar o desenvolvimento adequado de competências financeiras. Diante dessas evidências, propõem-se hipótese 4: *Indivíduos com filhos possuem menor probabilidade de serem alfabetizados financeiramente devido às pressões financeiras adicionais enfrentadas por essas famílias.* E a hipótese 5: *Indivíduos com dependentes possuem menor probabilidade de serem alfabetizados financeiramente devido às pressões financeiras adicionais enfrentadas por essas famílias.*

As desigualdades raciais no Brasil seguem sendo profundas e estruturais, afetando diretamente o acesso a recursos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país (Madeira; Gomes, 2018). Apesar de 56% da população brasileira se autodeclarar preta ou parda, persistem disparidades significativas em setores essenciais, como o mercado de trabalho e o sistema educacional (Brasil, 2023). No mercado de trabalho, as diferenças são expressivas. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2024), a taxa de desemprego entre a população preta foi de 7,5% e entre a parda, de 7%, valores superiores aos observados entre brancos (4,9%). A informalidade também atinge mais intensamente pretos (41,9%) e pardos (43,5%), em comparação com a média nacional (38,6%). Os trabalhadores negros recebem, em média, 40% menos que seus colegas brancos. Essa realidade econômica se entrelaça com o acesso desigual à educação. Segundo o IBGE (2023), a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais no Brasil foi de 6,6%, sendo mais elevada entre a população negra, o que reforça a existência de barreiras estruturais que dificultam a formação de capital humano.

Essas desigualdades impactam não apenas o acesso ao emprego e à educação, mas também o desenvolvimento de competências financeiras. Silva (2021) argumenta que a população negra enfrenta obstáculos adicionais no aprimoramento de suas habilidades financeiras, resultado das limitações históricas de acesso a recursos educacionais e financeiros. A menor exposição a práticas financeiras qualificadas e o limitado acesso a instrumentos formais de educação financeira tendem a perpetuar ciclos de vulnerabilidade econômica.

Em perspectiva comparada, estudos internacionais também investigam a relação entre raça e educação financeira. Struckell et al. (2022), ao analisar trabalhadores autônomos nos Estados Unidos, hipotetizaram que a alfabetização financeira seria menor entre indivíduos não brancos em comparação aos brancos. No entanto, seus resultados não confirmaram essa

hipótese, indicando que, entre autônomos, a educação financeira exerce um impacto semelhante independentemente da raça. Apesar dessa evidência, a realidade brasileira, marcada por desigualdades históricas e institucionais mais profundas, reforça a necessidade de examinar como a variável raça pode influenciar a alfabetização financeira. Assim, surge a hipótese 6: *Indivíduos não-brancos (amarelos, pretos e pardos) apresentam menor probabilidade de serem alfabetizados financeiramente em comparação com indivíduos brancos.*

Diversos estudos evidenciam uma relação positiva entre o nível de escolaridade e a alfabetização financeira. Pesquisas como as Agarwal et al., (2009); Atkinson e Messy (2015); Floriano, Flores e Zuliani (2020) e Potrich, Vieira e Kirch (2015) apontam que indivíduos com maior escolaridade tendem a apresentar níveis superiores de alfabetização financeira. Jovens com níveis educacionais mais elevados demonstram resultados melhores em avaliações de alfabetização financeira (Niehues et al., 2023).

O acesso a níveis superiores de educação proporciona não apenas uma maior exposição a conteúdos relacionados a finanças, mas também estimula o desenvolvimento de habilidades analíticas e o interesse por temas financeiros, favorecendo, assim, a construção de conhecimentos fundamentais para a tomada de decisões econômicas mais conscientes. Nesse contexto, Potrich, Vieira e Kirch (2015) observaram um aumento expressivo na proporção de indivíduos com alto nível de alfabetização financeira à medida que o grau de escolaridade avança. Os resultados mostraram uma variação de 17,8% do ensino fundamental para o ensino médio, de 10,6% do ensino superior para a especialização ou MBA, e de 13,6% desse nível para a pós-graduação stricto sensu (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

Além da escolaridade do próprio indivíduo, a literatura científica também tem investigado o impacto da escolaridade dos pais, especialmente da mãe, sobre a alfabetização financeira. A expectativa teórica sugere que a escolaridade dos pais influenciaria de maneira positiva o comportamento financeiro e o nível de alfabetização dos filhos.

Silinskas; Ahonen; Wilska (2023) analisaram dados do PISA 2018 na Finlândia e constataram que a escolaridade dos pais está positivamente associada à alfabetização financeira dos adolescentes. Esses achados ressaltam a importância de considerar a escolaridade individual e dos pais como fator central na formação de competências financeiras. Com base nesse referencial teórico e evidências empíricas, formulam-se a hipótese 7: *Indivíduos com maior nível de escolaridade apresentam maior probabilidade de serem alfabetizados financeiramente.* E a hipótese 8: *Indivíduos com mães com maior nível de escolaridade apresentam maior probabilidade de serem alfabetizados financeiramente.*

A literatura sobre alfabetização financeira aponta que fatores socioeconômicos e demográficos podem influenciar o nível de conhecimento e comportamento financeiro dos indivíduos. Entre esses fatores, a ocupação e o tipo de inserção no mercado de trabalho, especialmente a distinção entre trabalho formal e informal, têm recebido crescente atenção.

Uma possível explicação para a relação entre ocupação e alfabetização reside no fato de que indivíduos inseridos no mercado de trabalho formal tendem a ter mais acesso a benefícios trabalhistas, como previdência, contas vinculadas ao FGTS, ou ainda planos de saúde, o que exige algum nível de compreensão sobre produtos financeiros e planejamento de longo prazo. Essa exposição pode estimular o desenvolvimento de competências financeiras, diferentemente do que ocorre com trabalhadores informais, que, em geral, têm menos contato com esses instrumentos financeiros. Por meio desse entendimento, trabalhadores formais, ao usufruírem de maior segurança no trabalho e estabilidade de renda, apresentam maior propensão a buscar informações financeiras e a se engajar em práticas de planejamento econômico. No entanto, essa condição não implica necessariamente no hábito de poupar parte da renda recebida. Essa falta de planejamento financeiro pode ter impactos negativos na vida futura desses indivíduos

(Silva *et al.*, 2017). Com base na literatura, propõem-se a hipótese 9: *Indivíduos empregados formalmente apresentam maior probabilidade de serem alfabetizados financeiramente em comparação àqueles inseridos no trabalho informal ou desempregados.*

Diversos estudos apontam que a renda é um fator associado à alfabetização financeira dos indivíduos. A pesquisa de Potrich, Vieira e Ceretta (2013), ao analisar estudantes universitários, evidenciou que indivíduos com maior renda e formação financeira apresentavam níveis superiores de alfabetização financeira. Resultados semelhantes foram encontrados por Atkinson e Messy (2015) e Lusardi e Tufano (2015), que também identificaram uma relação positiva entre nível de renda e alfabetização financeira. Morgan e Long (2020) corroboraram esses achados, indicando que a alfabetização financeira é significativamente maior entre indivíduos com melhor formação educacional e maior renda.

No contexto brasileiro, Lopes e Andrade (2020) reforçaram essa relação ao constatar que, quanto maior a renda familiar, maior tende a ser o nível de alfabetização financeira. Essas evidências sugerem que a renda não apenas oferece maior acesso a produtos e serviços financeiros, mas também propicia melhores oportunidades de aprendizado e prática de habilidades financeiras no cotidiano. Assim, formulou-se a hipótese 10: *Indivíduos com maior renda apresentam maior probabilidade de serem alfabetizados financeiramente em comparação àqueles com menor renda.*

A alfabetização financeira pode ser observada por meio da interação entre fatores socioeconômicos, demográficos e comportamentais. Além da renda e da ocupação, a posse de bens duráveis também tem sido apontada como um indicador relevante. A propriedade de imóvel, veículos e o uso de serviços financeiros digitais podem refletir experiências práticas que fortalecem o conhecimento financeiro. Nicolini, Cud e Chatterjee (2013) destacam que a aquisição e a gestão de bens como imóveis e veículos implicam em decisões financeiras complexas, que requerem algum grau de compreensão sobre crédito e financiamento.

Agarwal *et al.* (2013) forneceram evidências sobre o papel positivo do uso de produtos financeiros no desenvolvimento do conhecimento financeiro, indicando que a experiência prática é um importante vetor de aprendizagem. Souza *et al.*, (2018) avaliaram a percepção e satisfação dos usuários em relação ao serviço de Internet Banking e identificaram que a maioria expressiva dos respondentes acessam o Internet Banking de três a quatro vezes, e 24% o acessam cinco vezes ou mais ao longo da semana. A complexidade envolvida na aquisição de bens móveis, o uso de ferramentas digitais, podem ser associados a níveis mais elevados de alfabetização financeira, porque o acesso a essas ferramentas ampliam o acesso a informações e incentivam o autogerenciamento financeiro. Assim propõe-se a hipótese 11: *Indivíduos que possuem imóvel próprio apresentam maior probabilidade de ser alfabetizado financeiramente.*

Hipótese 12: *Indivíduos que possuem carro e/ou moto próprios apresentam maior probabilidade de serem alfabetizados financeiramente.*

Hipótese 13: *Indivíduos que utilizam serviços de Internet Banking apresentam maior probabilidade de serem alfabetizados financeiramente.*

3 Método

O município de Santana do Livramento (RS), embora seja o terceiro maior em extensão territorial no estado do Rio Grande do Sul, ainda enfrenta importantes desafios no que se refere ao desempenho socioeconômico. Quando comparado às demais localidades gaúchas, especialmente nos domínios da educação, trabalho, renda e atividade econômica, os indicadores do município revelam desigualdades significativas. A título de exemplo, a taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos em 2023 foi de 97,6%, enquanto a média estadual atingiu 99,4%

no mesmo ano (IBGE, 2023). Esse dado aponta para uma diferença no acesso à educação básica em uma faixa etária considerada prioritária para a garantia de direitos fundamentais.

Outros indicadores reforçam esse cenário. O salário médio mensal dos trabalhadores formais em Santana do Livramento foi de apenas dois salários mínimos em 2022, o que colocou o município na posição 388 entre os 497 municípios do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Santana do Livramento, no ano de 2010, era de 0,727, valor inferior à média do estado, que era de 0,746 (IBGE, 2023). Esses dados evidenciam que, apesar de sua relevância territorial e potencial econômico, o município ainda apresenta defasagens estruturais. Diante desse cenário, as carências e disparidades socioeconômicas observadas em Santana do Livramento, aliadas às características demográficas locais, tornam-se potenciais variáveis relevantes para analisar a alfabetização financeira. Desse ponto de vista, esses fatores podem influenciar significativamente a capacidade dos indivíduos de compreender e gerenciar suas finanças pessoais, revelando a importância de se investigar o tema no contexto local.

Para tanto, esse estudo adota um delineamento transversal, pois informações sobre uma variedade de características (variáveis) são coletadas de um grupo ou população de indivíduos em um ponto específico do tempo (Giolo, 2017). Como nos estudos transversais os indivíduos não são acompanhados por um período de tempo, não é possível obter a incidência de casos novos, mas sim identificar a proporção de indivíduos com determinada resposta em um ponto específico do tempo. Essa proporção, denominada prevalência, corresponde à razão entre o total de indivíduos com a resposta em relação ao total de indivíduos pesquisados em um tempo específico.

A pesquisa foi conduzida por meio da aplicação presencial de um questionário, utilizando-se amostragem por conveniência. Os participantes foram abordados em locais de grande circulação, como paradas de ônibus, lotéricas, estacionamentos de supermercados e agências bancárias, conforme os procedimentos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE nº: 71485723.9.0000.5323). A amostra foi calculada com base na população residente no município, estimada em 84.421 habitantes em 2022 (IBGE, 2022). Foi adotado um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%. A amostra mínima estimada foi de 383 indivíduos.

O questionário aplicado foi o Termômetro de Alfabetização Financeira, desenvolvido por Potrich, Vieira e Kirch (2016). A análise inicial seguiu o procedimento metodológico proposto por Potrich, Vieira e Kirch (2016), estruturado em quatro etapas. Na primeira, procedeu-se à codificação das variáveis relacionadas à atitude, conhecimento e comportamento financeiro. Na segunda, foram construídas medidas padronizadas de alfabetização financeira, com pontuações atribuídas a cada item das três dimensões avaliadas. Na terceira etapa, utilizou-se o cálculo da distância quadrática em relação aos centros dos clusters 0 e 1, sendo o primeiro representativo de indivíduos com baixo nível de alfabetização financeira e o segundo, de indivíduos com alto nível. Por fim, foi atribuído o valor 1 para os casos em que a distância até o centro do cluster 1 (D_1) foi menor do que a distância até o centro do cluster 0 (D_0). Portanto, $D_0 > D_1$, indica alto nível de alfabetização financeira, e nos demais casos, foi atribuído valor 0.

Foi considerado como o desfecho do estudo a variável dicotômica alfabetização financeira. A ocorrência de evento de interesse, ou seja, os indivíduos classificados como alfabetizados financeiramente, assumem o valor '1', representando a ocorrência do evento, enquanto os demais, com ausência de alfabetização financeira, foram codificados como '0'.

Quanto às covariáveis estudadas, foram codificadas em função das categorias de interesse, ou seja, referência segundo a literatura. A fim de atender os objetivos desse estudo, as características demográficas e socioeconômicas dos respondentes, consideradas variáveis independentes, também denominadas covariáveis, estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Covariáveis, categorias de análise e literatura de suporte.

Variável (Sigla)	Categoria	Valor
Gênero	Masculino	0
	Feminino	1
Idade	De 18 a 29 anos	1
	De 30 a 49 anos	2
	Mais de 50 anos	3
Estado Civil	Solteiro (a), Separado (a) ou Divorciado (a), Viúvo(a)	1
	Casado ou união estável	0
Filhos	Não	0
	Sim	1
Dependentes	Não	0
	Sim	1
Raça	Branco	0
	Não-branco	1
Nível de escolaridade	Ensino Fundamental Completo	1
	Ensino Médio ou Técnico Completo	2
	Ensino Superior Completo ou Pós-Graduação	3
Nível de escolaridade da mãe	Ensino Fundamental Completo	1
	Ensino Médio ou Técnico Completo	2
	Ensino Superior Completo ou Pós-Graduação	3
Ocupação	Trabalho formal	0
	Trabalho informal ou Não trabalho	1
Renda média mensal familiar	Até R\$ 2,9 mil	1
	De R\$ 2,9 mil a R\$ 7,1 mil	2
	Superior a R\$ 7,1 mil	3
Moradia própria	Não	0
	Sim	1
Carro e/ou moto próprio(s)	Não	0
	Sim	1
Internet Banking	Não	0
	Sim	1

Fonte: elaborado pelas autoras.

A análise dos dados foi realizada por meio da estatística descritiva e da análise de regressão logística, dado a natureza dicotômica da variável dependente. A estatística descritiva foi utilizada a fim de conhecer o perfil da amostra. A regressão logística binária é uma técnica estatística que analisa a relação entre uma variável dependente binária e variáveis independentes (Hair. et al., 2009; Hosmer; Lemeshow, 2000b). Esse tipo de análise tem como objetivo principal estudar a probabilidade de ocorrência de um evento com base no comportamento de variáveis explicativas (Fávero; Belfiore, 2020). Para avaliar o ajuste geral do modelo foi empregado o teste de Hosmer e Lemeshow (2000), que pode ser considerado robusto (Fernandes *et al.*, 2020). A fim de avaliar a qualidade do modelo foram empregados o LR *test* e o *Pseudo R²* de Nagelkerke. As análises foram realizadas por meio do software Stata®.

4 Análise de resultados

O estudo superou o tamanho mínimo de amostra calculado, alcançando 390 respondentes, todos maiores de 18 anos e residentes no município de Santana do Livramento/RS. Os dados com a descrição dos respondentes e a classificação entre alfabetizados e não alfabetizados financeiramente estão sistematizados na Tabela 2.

Em relação ao gênero, as mulheres representam 61,1% do total, enquanto os homens são 38,9% dos respondentes. Verificou-se que a maioria dos alfabetizados financeiros são homens (52,0%). Ao analisar os indivíduos não alfabetizados financeiramente, identifica-se que

65,7% são mulheres e que essa representação pode indicar um baixo engajamento feminino com temas financeiros. Assim como em Potrich, Vieira e Kirch (2015), indivíduos do gênero masculino tem maior propensão a compor o grupo com maior nível de alfabetização financeira.

A idade média dos respondentes é de 39 anos, desvio padrão 15,1. A análise das faixas etárias indicou que a maioria dos participantes pertence ao grupo de 30 a 49 anos (36,4%). Esses dados sugerem um alinhamento aos dados do IBGE (2023) que indicam que a população da cidade é composta majoritariamente por adultos em idade produtiva. Entre os que tem mais de 50 anos, apenas 22 são classificados como alfabetizados, resultado que se alinha com os modelos intertemporais propostos por Lusardi, Pierre-Carl e Mitchell (2017).

Quanto ao estado civil, verificou-se que 54,2% dos participantes são casados ou estão em união estável. Os que se declaram Solteiros, Divorciados ou Viúvos representam 45,8%. Identificou-se que 57,5% dos pertencentes a esse último grupo são classificados como não alfabetizados, o que pode reforçar a teoria da socialização financeira familiar que sugere que o aprendizado financeiro pode acontecer não apenas através da instrução formal, mas também pela observação e interação no ambiente doméstico (Gudjonsson *et al.*, 2022). Quando questionados sobre a presença de filhos, identificou-se que 58,3% não possuem filhos.

A análise da raça revelou uma predominância do grupo Branco (80,5%), enquanto outras identificações somaram 19,5% da amostra. Esses dados se alinham com o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022). Em relação ao nível de escolaridade, a maioria dos respondentes possui formação superior ou têm pós-graduação (45,0%). Apenas 11,8% têm como grau máximo o ensino fundamental completo. Entre os indivíduos com ensino fundamental completo, 4,9% são considerados alfabetizados financeiramente, proporção que aumenta para 35,3% entre os que possuem ensino médio ou técnico completo, e para 59,8% entre aqueles com ensino superior completo ou pós-graduação. Esses resultados sugerem que, nesta amostra específica, a alfabetização financeira aumenta ao nível de escolaridade, contribuindo para a hipótese de que níveis mais altos de instrução estariam associados a maiores níveis de alfabetização financeira.

Ao observar o nível educacional das mães dos respondentes, a distribuição mostra um padrão distinto, pois 48,3% das mães completaram apenas o ensino fundamental. Em geral, filhos de mães com maior escolaridade tendem a ter maiores oportunidades educacionais, o que normalmente impulsiona a alfabetização. Entretanto, essa diferença sugere uma possível ascensão educacional intergeracional entre os participantes.

No que diz respeito à ocupação, 65,5% dos participantes atuam no mercado de trabalho formal, enquanto 34,5% têm ocupações informais ou declararam não estar trabalhando. Esses dados indicam uma predominância de vínculos empregatícios formais, o que pode estar relacionado aos elevados níveis de escolaridade dos respondentes. No grupo de alfabetizados, 72,5% têm empregos formais, enquanto 36,9 estão classificados no grupo dos não alfabetizados.

Em relação a renda, verifica-se que 33,0% das pessoas têm renda mensal de até R\$2,9 mil, o que está alinhado com a distribuição de renda da população de Santana do Livramento. Dados do IBGE (2022) indicam que o salário médio mensal dos trabalhadores formais no município é de 2,0 salários mínimos. A maioria dos indivíduos que tem renda inferior a R\$2,9 mil pertence ao grupo dos não alfabetizados, enquanto aqueles que tem maior renda estão classificados como alfabetizados, o que sugere que níveis mais altos de renda podem estar associados com a alfabetização. Resultados semelhantes foram encontrados por Potrich, Vieira e Ceretta (2013), Atkinson e Messy (2015) e Lusardi e Tufano (2015).

Em relação ao perfil econômico, ao observar a presença de bens como moradia, carro ou moto, identifica-se que 74,5% dos que tem moradia própria são alfabetizados e que indivíduos que possuem carro ou moto, 81,4% são classificados como alfabetizados financeiramente. A aquisição de bens pode envolver certa complexidade financeira, o que sugere uma associação com níveis mais elevados de alfabetização financeira. Esses resultados estão alinhados com Nicolini, Cud e Chatterjee (2013). Os autores destacam que a aquisição e

a gestão de bens como imóveis e veículos demandam decisões financeiras que requerem algum grau de compreensão sobre crédito, financiamento e planejamento financeiro.

Por fim, identifica-se que 81,4% dos respondentes alfabetizados financeiramente informaram possuir internet banking. Agarwal et al. (2013) forneceram evidências sobre o papel positivo do uso de produtos financeiros no desenvolvimento do conhecimento financeiro, indicando que a experiência prática é um importante vetor de aprendizagem. Portanto, o acesso a essas ferramentas pode incentivar a prática do autogerenciamento financeiro.

Tabela 2 – Tabela de Contingência entre as covariáveis e a alfabetização financeira

Covariáveis	Geral (%)	Alfabetizados (%)	Não Alfabetizados (%)
Gênero			
Masculino	151 (38,9)	53 (52,0)	98 (34,3)
Feminino	237 (61,1)	49 (48,0)	188 (65,7)
Idade			
De 18 a 29 anos	128 (34,5)	29 (29,9)	99 (36,1)
De 30 a 49 anos	135 (36,4)	46 (47,4)	89 (32,5)
Mais de 50 anos	108 (29,1)	22 (22,7)	86 (31,4)
Estado civil			
Casado ou União estável	211 (54,2)	56 (54,9)	122 (42,5)
Solteiro, Divorciado ou Viúvo	178 (45,8)	46 (45,1)	165 (57,5)
Filhos			
Não	225 (58,3)	60 (59,4)	165 (57,9)
Sim	161 (41,7)	41 (40,6)	120 (42,1)
Dependentes			
Não	76 (19,5)	85 (84,2)	240 (83,6)
Sim	314 (80,5)	16 (15,8)	47 (16,4)
Raça			
Não-brancos	76 (19,5)	11 (10,8)	65 (22,6)
Branços	314 (80,5)	91 (89,2)	223 (77,4)
Escolaridade			
Ensino Fundamental Completo	46 (11,8)	5 (4,9)	41 (14,3)
Ensino Médio ou Técnico Completo	168 (43,2)	36 (35,3)	132 (46,0)
Ensino Superior Completo ou Pós-Graduação	175 (45,0)	61 (59,8)	114 (39,7)
Escolaridade da mãe			
Ensino Fundamental Completo	187 (48,3)	44 (43,6)	143 (50,0)
Ensino Médio ou Técnico Completo	136 (35,1)	37 (36,6)	99 (34,6)
Ensino Superior Completo ou Pós-Graduação	64 (16,6)	20 (19,8)	44 (15,4)
Ocupação			
Trabalho formal	255 (65,5)	74 (72,5)	181 (63,1)
Trabalho informal ou sem trabalho	134 (34,5)	28 (27,5)	106 (36,9)
Renda própria mensal			
Até R\$ 2,9 mil	128 (33,0)	21 (20,6)	107 (37,5)
Entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil	194 (50,2)	57 (55,9)	137 (48,1)
Superior a R\$ 7,1 mil	65 (16,8)	24 (23,5)	41 (14,4)
Moradia			
Não	108 (27,8)	26 (25,5)	82 (28,7)
Sim	280 (72,2)	76 (74,5)	204 (71,3)
Possui carro ou moto			
Não	129 (33,2)	19 (18,6)	110 (38,3)
Sim	260 (66,8)	83 (81,4)	177 (61,7)
Internet Banking			
Não	130 (33,4)	19 (18,6)	111 (38,7)
Sim	259 (66,6)	83 (81,4)	176 (61,3)

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa.

4.1 Regressão logística aplicada à alfabetização financeira

Para analisar a probabilidade de ser alfabetizado financeiramente, em função das características socioeconômicas e demográficas, foi realizada a aplicação de um modelo de regressão logística binária. Para testar cada uma das variáveis e identificar se são candidatas ao modelo múltiplo, foram elaboradas regressões logísticas univariadas de cada covariável com o desfecho (alfabetizados ou não alfabetizados financeiramente). As variáveis foram selecionadas para serem incluídas no modelo múltiplo com base somente no critério estatístico (Tabela 3).

Tabela 3 – Análise de regressão logística univariada, segundo características demográficas e socioeconômicas, tendo como desfecho a alfabetização financeira.

Covariáveis	OR Bruto	IC 95%	p-valor	
Gênero				
Masculino	1			
Feminino	0,482	0,305	0,763	0,002*
Idade				
De 18 a 29 anos	0,567	0,328	0,978	0,041*
De 30 a 49 anos	1			
Mais de 50 anos	0,495	0,275	0,891	0,019*
Estado civil				
Casado ou União estável	1			
Solteiro, Divorciado ou Viúvo	1,646	1,045	2,595	0,032*
Filhos				
Não	1			
Sim	0,94	0,592	1,491	0,791
Dependentes				
Não	1			
Sim	0,961	0,518	1,785	0,90
Raça				
Branços	1			
Não-brancos	0,415	0,209	0,822	0,012*
Escolaridade				
Ensino Fundamental Completo	1			
Ensino Médio ou Técnico Completo	2,236	0,824	6,072	0,114
Ensino Superior Completo ou Pós-Graduação	4,388	1,648	11,68	0,003*
Escolaridade da mãe				
Ensino Fundamental Completo	1			
Ensino Médio ou Técnico Completo	1,215	0,732	2,016	0,452
Ensino Superior Completo ou Pós-Graduação	1,477	0,789	2,766	0,223
Ocupação				
Trabalho formal	1			
Trabalho informal ou sem trabalho	0,646	0,393	1,062	0,085*
Renda própria mensal				
Até R\$ 2,9 mil	0,335	0,169	0,667	0,002*
Entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil	0,711	0,394	1,283	0,257
Superior a R\$ 7,1 mil	1			
Moradia				
Não	0,851	0,509	1,423	0,539
Sim	1			
Possui carro ou moto				
Não	0,368	0,212	0,64	0,00*
Sim	1			
Internet Banking				
Não	0,363	0,209	0,63	0,00*
Sim	1			

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa. Nota: * $p < 0,25$. OR: *odds ratio*; OR Bruto = 1: categoria de referência; IC95%: intervalo de confiança

A covariável que apresentou o p-valor menor ou igual a 25% no teste univariado foi incluída no modelo múltiplo, ou seja, se $p \leq 0,25$, a covariável foi significativa e houve evidência de associação desta covariável com o desfecho. Se $p > 0,25$, a covariável foi desconsiderada para ser testada juntamente com as outras no modelo múltiplo.

As variáveis Filhos, Dependentes, Escolaridade da mãe e moradia foram excluídas previamente do modelo múltiplo por não representarem contribuição estatística para a alfabetização financeira. O modelo que contempla as variáveis está apresentado na Tabela 4 e foi estimado considerando a análise dos valores máximos do logaritmo da função de verossimilhança entre o modelo completo e o modelo nulo. Os resultados, apresentados na Tabela 4, mostram que $Prob > \chi^2$. Logo, com base no teste χ^2 , pode-se rejeitar a hipótese nula de que todos os parâmetros são estatisticamente iguais a zero ao nível de significância de 5%, ou seja, pelo menos uma variável independente é estatisticamente significativa para explicar o desfecho.

Para avaliar o ajuste geral do modelo de regressão logística, utilizou-se o teste de Hosmer e Lemeshow (2000), com o objetivo de verificar se as probabilidades estimadas pelo modelo estão de acordo com os valores observados. O valor de $p = 0,9572$ indica que não há evidências para rejeitar a hipótese nula, sugerindo que o modelo se ajusta adequadamente aos dados (Hosmer; Lemeshow, 2000).

O *Pseudo R²* de Nagelkerke indica que 17,1% da variação na variável dependente, alfabetização financeira, é explicada pelo conjunto de variáveis independentes incluídas no modelo. O *log-likelihood* do modelo nulo, que considera apenas o intercepto, foi de -222,589. Ao incluir as variáveis explicativas, o *log-likelihood* aumentou para -198,610, indicando uma melhora na qualidade do ajuste. Essa diferença sugere que as variáveis independentes contribuem significativamente para explicar a probabilidade de alfabetização financeira. O teste de razão de verossimilhança, que compara o modelo completo ($LL_{\text{completo}} = -198,610$) com o modelo nulo ($LL_{\text{nulo}} = -222,589$), reforça essa conclusão, resultando em uma estatística LR = 47,958 ($p < 0,001$). Esse valor indica que o modelo com as variáveis independentes apresenta um ajuste significativamente superior ao modelo que considera apenas o intercepto.

Tabela 4 – Modelo final para alfabetização financeira.

Alfab. financeira	Odds Ratio	Erro Padrão	z	p-value	IC 95%	Sig
Homens	1					
Mulheres	0,401	0,102	-3,57		0,242	0,662 ***
E. Fundamental	1					
E. Médio	2,711	1,443	1,87	0,061	,955	7,696 *
E. Superior ou Pós	5,152	2,738	3,08	0,002	1,817	14,602 ***
Carro/moto – Não	1					
Carro/moto	2,240	0,662	2,73	0,006	1,255	3,998 ***
Internet banking – Não	1					
Internet banking	2,165	0,643	2,60	0,009	1,209	3,875 ***
Constant	0,051	0,029	-5,26	0,000	0,017	0,154 ***
Média var. dependente		0,265	Desvio padrão			0,442
Pseudo R ² McFadden		0,108	Nº de observações			385
Qui-quadrado		47,958	Prob > chi2			0,000
LL _{nulo}		-222,589	LL _{completo}			-198,610

Fonte: elaborado pela autora. Notas: *** $p < 0,01$, * $p < 0,1$. Hosmer-Lemeshow $Prob > \chi^2 = 0,9572$. Nagelkerke = 0,17089. IC95%: intervalo de confiança

Os resultados revelam que as mulheres tem aproximadamente 60% menos chances (0,401) de serem alfabetizadas financeiramente em comparação aos homens ($p < 0,01$). Essa evidência confirma a literatura que sugere que homens tendem a ter maior alfabetização

financeira (Mitchell; Lusardi, 2022; Niehues *et al.*, 2023b; Potrich; Vieira; Kirch, 2015b). Esse resultado adiciona evidências para o contexto brasileiro, sugerindo desigualdade de gênero no engajamento feminino com temas financeiros.

A escolaridade mostrou um importante preditor para a alfabetização financeira. Em comparação ao grupo classificados até ensino fundamental completo, os indivíduos com ensino médio ou técnico apresentam 1,71 vezes mais chances de serem alfabetizados. Os indivíduos que tem Ensino Superior completo ou Pós-graduação tem 4,15 vezes mais chances de serem alfabetizados financeiramente. Esses resultados sugerem que o acesso a níveis superiores de educação formal pode estimular o desenvolvimento de habilidades analíticas e o interesse por temas financeiros, favorecendo, assim, a construção de conhecimentos fundamentais para a tomada de decisões econômicas mais conscientes. Portanto, esses resultados dialogam com os encontrados por Agarwal *et al.*, (2009); Atkinson; Messy (2015); Floriano; Flores; Zuliani (2020); Potrich; Vieira e Kirch (2015); Niehues *et al.* (2023).

Ao analisar a posse de Carro ou Moto, identifica-se indivíduos que possuem veículo apresentam uma maior chance (224%) de serem alfabetizados financeiramente, com *odds ratio* de 2,240. A posse de um carro ou moto pode estar relacionada a um maior nível de alfabetização financeira, pois envolve responsabilidades como planejamento para despesas como manutenção, impostos e seguros. Assim como em Nicolini, Cud e Chatterjee (2013), os resultados podem indicar que a gestão de bens como veículos implicam em decisões financeiras complexas. Nesse sentido, indivíduos que possuem veículos precisam administrar melhor seu orçamento, o que pode levá-los a desenvolver habilidades financeiras mais refinadas.

De forma semelhante, o uso de internet banking está associado a uma maior probabilidade de alfabetização financeira, com um *odds ratio* de 2,165 ($p = 0,009$). Isso sugere que o uso de serviços bancários digitais pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades financeiras, uma vez que permite aos usuários gerenciar seus recursos com maior autonomia, acompanhar despesas, realizar pagamentos, e acessar informações sobre investimentos. Esses achados sugerem que o uso de internet banking pode contribuir para a alfabetização financeira.

Agarwal *et al.* (2013) fornecem evidências sobre o papel positivo do uso de produtos financeiros no desenvolvimento do conhecimento financeiro, destacando a experiência prática como um vetor relevante de aprendizagem. A familiaridade com a tecnologia e o uso de serviços bancários digitais pode refletir um perfil mais engajado na busca por informações financeiras, o que contribui para fortalecer a capacidade de tomar decisões econômicas mais informadas.

Em síntese, a análise empírica revelou que, entre as variáveis investigadas, o gênero, nível de escolaridade, a posse de veículo próprio e o uso de Internet Banking apresentaram associações estatisticamente significativas com a alfabetização financeira, levando à não rejeição das respectivas hipóteses. As demais variáveis, incluindo renda, ocupação, estado civil, presença de filhos ou dependentes, raça e moradia própria não apresentaram evidências estatísticas suficientes para sustentar as hipóteses inicialmente formuladas, sendo assim rejeitadas. Esses achados sugerem que, embora fatores socioeconômicos e demográficos sejam comumente associados à alfabetização financeira na literatura, elementos práticos do cotidiano, como o uso de serviços bancários digitais e a posse de bens que exigem gestão financeira podem auxiliar no desenvolvimento de competências financeiras da população.

Com base nos *odds ratios*, aplicou-se a transformação dos coeficientes para determinar a expressão final de probabilidade.

$$P(\text{Alfab}_{fin} = 1) = \frac{1}{1 + e^{-(2,97 - 0,913Fem + 0,997EM + 1,63ES + 0,806Vei + 0,772IB)}}$$

Onde: $P(\text{Alfab}_{fin} = 1)$ é a probabilidade de alfabetização financeira, *Fem* representa as mulheres, *EM* é Ensino Médio, *ES* representa o ensino superior, *Vei* é a posse de carro ou moto e *IB* é a Internet Banking.

5 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar a probabilidade de ser alfabetizado financeiramente em função das características socioeconômicas e demográficas. Os resultados evidenciam que o modelo de regressão logística proposto apresenta um bom ajuste, conforme indicado pelo teste de Hosmer e Lemeshow, e contribui significativamente para explicar a probabilidade de alfabetização financeira entre os respondentes. A estatística do *pseudo R*² de Nagelkerke e o aumento do *log-likelihood* em relação ao modelo nulo reforçam a relevância das variáveis independentes incluídas no modelo final.

A regressão logística permitiu estimar a probabilidade de ocorrência do evento (alfabetização financeira) e em função de múltiplas variáveis explicativas, considerando tanto características demográficas quanto comportamentais e socioeconômicas. Os fatores associados à alfabetização financeira, foram o gênero, o nível de escolaridade, a posse de veículo e o uso de internet banking. Ao analisar o gênero, observou-se que as mulheres apresentam aproximadamente 60% menos chances de serem alfabetizadas financeiramente em comparação aos homens. Esse resultado dialoga com estudos anteriores e destaca a persistência de disparidades de gênero no campo da educação financeira.

Evidenciou-se que indivíduos com ensino superior apresentam maior probabilidade de serem alfabetizados financeiramente em comparação com indivíduos com ensino fundamental, sugerindo que o acesso ao ensino formal pode ser um importante vetor para o desenvolvimento da alfabetização financeira. Essas evidências apontam para a necessidade de ampliar políticas educacionais que minimizem o problema do analfabetismo financeiro. Embora existam iniciativas brasileiras, como a inclusão de conteúdos financeiros nos currículos escolares, elas não atingem todos os níveis de ensino. Os indivíduos que possuem carro e/ou moto próprios apresentam maior probabilidade de ser alfabetizado financeiramente. Uma possível explicação é que a posse de bens pode demandar decisões financeiras mais complexas, que exigem certo grau de compreensão sobre crédito, financiamento e planejamento financeiro. A análise do uso internet banking reforça a ideia de que a familiaridade com ferramentas financeiras tecnológicas pode promover maior engajamento com a alfabetização financeira.

O estudo fornece contribuições tanto teóricas quanto práticas. A principal inovação consiste na análise da alfabetização financeira por meio de um modelo de regressão logística, especialmente adequado quando o desfecho investigado é binário, neste caso, ser ou não alfabetizado financeiramente. O uso desse modelo de regressão permitiu quantificar a razão de chances entre as variáveis independentes e o desfecho, possibilitando interpretações entre diferentes grupos. Em síntese, os resultados oferecem subsídios relevantes para o entendimento da alfabetização financeira no contexto brasileiro, evidenciando desigualdades importantes e apontando caminhos para a formulação de políticas voltas à alfabetização financeira.

O estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A natureza transversal dos dados impossibilita identificar o período de tempo no qual o indivíduo foi classificado como alfabetizado. Sendo assim, não é possível determinar quando ocorreu o desenvolvimento dessa habilidade ao longo do tempo. Pesquisas futuras podem ser desenvolvidas por meio de coorte, o qual poderá avaliar se os indivíduos expostos a um determinado fator, com cursos e capacitações sobre temas financeiros, apresentam maior propensão ao desenvolvimento da alfabetização.

Referências

- AGARWAL, S. *et al.* The Age of Reason: Financial Decisions over the Life Cycle and Implications for Regulation. **Brookings Papers on Economic Activity**, v. 117, 2009.
- AGUIAR-DÍAZ, I.; ZAGALAZ- JIMÉNEZ, J. R. Women and financial literacy in Spain. Does marital status matter?. **Journal of Women and Aging**, v. 34, n. 6, p. 785–799, 2022.

- ATKINSON, A.; MESSY, F.-A. Assessing financial literacy in 12 countries: an OECD/INFE international pilot exercise. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 10, 04, p. 657–665, 2011.
- BOTTAZZI, L.; LUSARDI, A. Stereotypes in financial literacy: Evidence from PISA. **Journal of Corporate Finance**. v. 71, 2021.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**. 2010.
- BRASIL. **Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**. 2020.
- BRASIL. **Perfil étnico-racial do Ministério Público brasileiro**. 2023.
- CASTRO, M. M. M. de; NUNES, F. Candidatos corruptos são punidos? Accountability na eleição brasileira de 2006. **Opinião Pública**, v. 20, n. 1, p. 26–48, 2014. Disponível em: <http://thedata.harvard.edu/dvn/dv/felipenunes>.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados**. LTC, 2020.
- FERNANDES, A. *et al.* Leia este artigo se você quiser aprender regressão logística. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, n. 74, p. 1–20, 2020. Disponível em: <https://www.coursera.org/cou>.
- FLORIANO, M. D. P.; FLORES, S. A. M.; ZULIANI, A. L. Educação financeira ou alfabetização financeira: quais as diferenças e semelhanças?. **Revista Eletrônica Ciências da Administração e Turismo**, v. 8, n. 1, p. 16–33, 2020.
- GIOLO, S. R. **Introdução à análise de dados categóricos com aplicações**. São Paulo: Editora Blucher, 2017.
- GUDJONSSON, S. *et al.* Financial Literacy and Gender Differences: Women Choose People While Men Choose Things?. **Administrative Sciences**, v. 12, n. 4, 2022a.
- HAIR, J. F. *et al.* **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Bookman, 2009.
- HOSMER, D.; LEMESHOW, S. **Applied Logistic Regression**. 2. ed. 2000a.
- IBGE. **PNAD Contínua Trimestral: desocupação cresce em oito das 27 UFs no primeiro trimestre de 2024**. 2023.
- KADOYA, Y.; KHAN, M. S. R. What determines financial literacy in Japan. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 19, n. 3, p. 353–371, 2020.
- LOPES, F. N. M.; ANDRADE, M. L. de. Alfabetização Financeira: mapeamento dos antecedentes da tomada de decisão em relação às finanças pessoais. **Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão**, v. 4, n. 2, p. 1–23, 2020. Disponível em: <http://hig.unihorizontes.br/index.php/Hig>.
- LUSARDI, A.; HASLER, A.; YAKOBOSKI, P. J. Building up financial literacy and financial resilience. **Mind and Society**, v. 20, n. 2, p. 181–187, 2021.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. Financial Literacy: Theory and Evidence. v. 52, p. 5–44, 2014.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S.; CURTO, V. **THE JOURNAL OF CONSUMER AFFAIRS Financial Literacy among the Young**. 2010.
- LUSARDI, A.; PIERRE-CARL, M.; MITCHELL, O. Optimal Financial Knowledge and Wealth Inequality. **Journal of Political Economy**, v. 125, n. 2, 2017.
- LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 14, n. 4, p. 332–368, 2015.
- MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. de O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], n. 133, p. 463–479, 2018.
- MITCHELL, O. S.; LUSARDI, A. Financial Literacy and Financial Behavior at Older Ages. **SSRN Electronic Journal**, 2022.

- MOTTOLA, G. In Our Best Interest: Women, Financial Literacy, and Credit Card Behavior. **Numeracy**, v. 6, n. 2, 2013.
- NICOLINI, G.; CUDE, B. J.; CHATTERJEE, S. Financial literacy: A comparative study across four countries. **International Journal of Consumer Studies**, v. 37, n. 6, p. 689–705, 2013.
- NIEHUES, A. L. da S. *et al.* Nível de alfabetização financeira pessoal de estudantes universitários brasileiros. **Revista de Gestão e Secretariado**. v. 14, n. 3, p. 2814–2835, 2023a.
- NIU, G.; ZHOU, Y.; GAN, H. Financial literacy and retirement preparation in China. **Pacific Basin Finance Journal**, v. 59, 2020.
- OCDE. **National strategies for financial education OECD/INFE Policy Handbook**. 2015.
- ONU, O. das N. U. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **PISA 2012 assessment and analytical framework [electronic resource]**. OECD, 2013.
- PONTES, M. Abordagens epistemológicas em publicações sobre alfabetização financeira. **Caderno de Administração**, v. 31, n. 1, p. 158–175, 2023.
- POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 3, p. 315–334, 2013.
- POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 362–377, 2015a.
- POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira. **Base**, v. 13, p. 153–170, 2016.
- SILINSKAS, G.; AHONEN, A. K.; WILSKA, T. A. School and family environments promote adolescents' financial confidence: Indirect paths to financial literacy skills in Finnish PISA 2018. **Journal of Consumer Affairs**, v. 57, n. 1, p. 593–618, 2023.
- SILVA, G. O. *et al.* Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 279–298, 2017.
- SILVA, L. A.; FARIA, A. C. L. de; TEIXEIRA, E. C. Desigualdade racial no mercado de trabalho formal brasileiro. **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 11, n. 30, p. 51–67, 2021.
- SOUZA, A. C. A. de *et al.* Internet banking: a satisfação dos usuários de uma instituição financeira Internet. **Brazilian Applied Science Review**, v. 2, n. 6, p. 2057–2078, 2018.
- STRUCKELL, E. M. *et al.* Financial literacy and self employment – The moderating effect of gender and race. **Journal of Business Research**, v. 139, n. October 2021, p. 639–653, 2022.
- WANG, J.; YIN, Z.; JIANG, J. The effect digital divide on household consumption in China. **International Review of Financial Analysis**, v. 87, n. 102593, 2023.
- XIE, Q.; KE, H.; PENG, J. Impacts of Financial Literacy on Elderly Households' Consumption. **Finance Research Letters**, v. 62, n. A, 2024.